



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 26039271/2022 - GTED/SR/PF/PA

Processo nº 08360.003489/2023-99

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do processo: 08360.003489/2023-99
- 1.2. O presente estudo preliminar objetiva apontar a solução que melhor atende aos interesses da Administração em face da demanda da SR/PF/PA, formalizada através do documento SEI 28390184.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. Assegurar a necessária proteção aos equipamentos eletroeletrônicos que estão presentes nesta Superintendência, em virtude da instabilidade da rede elétrica na região.
- 2.2. Uma vez que aparelhos nobreak são relativamente caros, mostra-se interessante a substituição de suas baterias.
- 2.3. Dada a necessidade desta Sede, baterias para os nobreaks são cruciais para o efetivo e seguro funcionamento dos equipamentos que dependem da rede elétrica.
- 2.4. Além do mais, chega-se o momento de substituir, também, as pilhas em uso nesta Superintendência, uma vez que se aproximam do fim de sua vida útil, quando começam a falhar e apresentar risco de vazamento, danificando os aparelhos que alimentam.
- 2.5. Desse modo, é importante a aquisição de pilhas do tipo AA e pilhas do tipo AAA, para suprir as diversas necessidades desta Superintendência.
- 2.6. Na esteira da já supracitada instabilidade elétrica, também é importante assegurar o perfeito funcionamento do Grupo Motor Gerador ("Gerador"), crucial para garantir o funcionamento apropriado do prédio em quedas de energia.
- 2.7. Portanto, também devem ser adquiridas baterias apropriadas para o "Gerador".

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsáveis
GTED/SR/PF/PA	APF Rodrigo de Barros Freire , Mat. 24.282 PCF Marcus Mendes Perugini , Mat. 21.536

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos do Edital.
- 4.2. Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:
- 4.2.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- 4.2.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
- 4.2.3. Dimensionar corretamente a quantidade de bens (número de baterias, tipo etc.) e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recursos possível;
- 4.2.4. Cêlere instrução do processo de modo a evitar eventuais danos aos equipamentos desta Sede.

REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

- 4.3. A CONTRATADA deverá realizar o fornecimento dos materiais aqui citados e especificados em Termo de Referência.

NATUREZA DA COMPRA

- 4.4. Trata-se de compra comum, que visa ao atendimento das necessidades da SR/PF/PA, para fornecimento de baterias para nobreak, baterias para grupo motor gerador e pilhas.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 4.5. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, devendo ainda, quando for o caso adotar as práticas de sustentabilidade quando da prestação dos serviços contratados de acordo com os critérios da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, em especial no tocante a:
- 4.5.1. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 4.5.2. Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre os resíduos sólidos;
- 4.5.3. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 4.6. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.
- 4.7. A Contratada se responsabilizará administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo, inclusive, responder perante a SR/PF/PA pelos eventuais prejuízos causados à instituição.
- 4.8. Na execução dos serviços, para as tarefas de limpeza, a Contratada deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham a causar danos ou corrosões nas

NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.10. Devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado, não se identificou necessidade de transição contratual.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.11. Estar em consonância com os termos do art. 66 da Lei no. 14.133/21, devendo dispor de toda documentação e registros exigidos pela legislação em vigor;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

4.12. Atender os termos definidos no art. 67 da Lei no. 14.133/21, devendo indicar pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

HABILITAÇÃO SOCIAL, FISCAL E TRABALHISTA

4.13. Estar em consonância com os termos do art. 68 da Lei no. 14.133/21, devendo atestar sua regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Termo de Serviço (FGTS); regularidade perante a Justiça do Trabalho

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.14. Estar em consonância com os termos do art. 69 Lei no. 14.133/21, devendo apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação por meio de Pregão Eletrônico.
- 5.2. Enquadramento da compra como compra de bem comum.
- 5.3. Os padrões de desempenho e qualidade dos materiais a serem adquiridos podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 5.4. Quanto aos valores estimados para a contratação, foi realizado levantamento de preços nos termos da legislação em vigor, observando os custos levantados por meio de pesquisa direta de mercado conforme descrito no Mapa Comparativo de Preços (28395492).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. As baterias fornecidas deverão seguir os detalhes especificados na tabela do item 07 deste ETP, seguindo toda Regulamentação Técnica e Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;
- 6.2. A execução do objeto contratado compreende, por parte da CONTRATADA, o fornecimento dos materiais especificados no item 07 deste ETP.
- 6.3. Em virtude da possibilidade de especificação clara dos itens a serem adquiridos, bem como do valor provável da compra,
- 6.4. Definida esta linha de atuação, o valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em pesquisas de mercado, conforme a Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020;
- 6.5. Os resultados da pesquisa de mercado se encontram no Mapa Comparativo de Preços (28395492)

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Conforme determinado em Mapa Comparativo de Preços (28395492), o valor de referência escolhido para a compra foi a MÉDIA dos valores orçados.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Local da entrega	Valor de referência unitário	Valor total
01	Bateria de 12V e 40 AH VRLA selada, para uso em nobreaks	Und	152	Belém/PA	R\$ 503,25	R\$ 76.504,00
02	Bateria de 12V e 7 AH VRLA selada, para uso em nobreaks	Und	276	Belém/PA	R\$ 89,00	R\$ 24.564,00
03	Bateria de 12 V e 180 AH VRLA selada, para uso em Grupo Motor Gerador	Und	4	Belém/PA	R\$ 1.045,00	R\$ 4.180,00
04	Pilhas AAA do tipo comum	Und	600	Belém/PA	R\$ 1,00	R\$ 600,00

05	Pilhas AA do tipo comum	Und	200	Belém/PA	R\$ 1,00	R\$:
----	-------------------------	-----	-----	----------	----------	-------

7.2. Justificativa das quantidades demandadas:

7.2.1. ITEM 01: No edifício-sede existem dois nobreaks, responsáveis por todo prédio, alimentados por 4 (quatro) bancos de baterias, que comportam 38 (trinta e oito) baterias, totalizando 152 (cento e cinquenta e duas) baterias. As baterias em uso, são as mesmas desde o ano de 2021 e nunca foram trocadas. A vida útil média dessas baterias costuma ser de 2 a 3 anos. Em virtude das condições de uso e do tempo em uso, é recomendada a substituição das baterias, para que as operações na Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará não restem prejudicadas.

7.2.2. ITEM 02: No prédio da SR/PF/PA e também nas delegacias descentralizadas há uma grande quantidade de nobreaks de usuário (similar a estabilizadores) e nobreaks de servidores, de acordo com o NTI/SR/PF/PA, são necessários para todas as unidades da Polícia Federal no Pará 274 (duzentos e setenta e quatro) baterias para uso em diversos tipos de nobreaks menores. Uma vez que as baterias nesses nobreaks estão em uso desde o intervalo 2018-2019, e as mesmas costumam ter vida útil de 2 a 3 anos, podendo chegar a 5 anos, é importante que sejam adquiridas novas baterias para substituí-las e garantir que as operações na Polícia Federal no Pará persistam.

7.2.3. ITEM 03: No edifício-sede da SR/PF/PA existem um grupo motor gerador (GMG) composto por duas unidades motoras, que se alimentam de duas baterias cada, totalizando 4 (quatro) baterias. É de suma importância que esse sistema esteja em perfeito funcionamento para suprir a necessidade de energia em eventual queda de fornecimento pela rede, algo corriqueiro em Belém/PA. Hoje os sistemas do GMG apontam para uma baixa carga das baterias, o que torna necessária sua reposição, para que as operações na Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará não restem prejudicadas.

7.2.4. ITEM 04: No edifício-sede da SR/PF/PA existem aproximadamente 236 aparelhos de climatização de ar do tipo cassete, além de alguns do tipo split, distribuídos por todas unidades, inclusive unidades que atendem o público. Cada aparelho tem um controle que demanda duas pilhas AAA. Como a duração dessas pilhas é curta (aproximadamente 1 (um) ano), existe o risco de vazamento e permanente danificação dos controles remotos e muitas já se encontram descarregadas, é importante que sejam adquiridas novas pilhas para fazer a substituição e manter algumas em estoque. Como são 236 controles remotos (só dos fancoils do tipo cassete), cada um com duas pilhas, totalizando 472, a aquisição de 600 (seiscentas) pilhas parece apropriada para o caso.

7.2.5. ITEM 05: Existem no SETEC/SR/PF/PA diversos aparelhos que são alimentados por pilhas do tipo AA, cuja vida útil, que costuma ser de 1 (um) ano está chegando ao fim, e muitas já se encontram descarregadas. Assim, para andamento da atividade pericial, é importante que sejam substituídas as pilhas em uso e seja feito um pequeno estoque para posterior uso.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado global da contratação é de **R\$ 105.960,00 (cento e cinco mil novecentos e sessenta reais)**

8.2. Os valores orçados e que servem de base para o valor de referência da Contratação encontram-se em Anexo específico do processo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021. Porém no parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.2. No caso em tela, o parcelamento do objeto se mostra tecnicamente viável por conta da independência dos materiais demandados. Desta forma, não há óbice, de modo a incentivar a participação de micro e pequenas empresas.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há nenhuma contratação correlata ou interdependentes neste momento.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, atualizado pela Resolução CGPF/PF nº 06, de 10 de outubro de 2022, contribuindo para que se atinja as seguintes ações estratégicas:

"2.6.1 Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização."

"2.6.2 Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade; acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual; bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações."

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir a integridade dos equipamentos eletroeletrônicos em uso nesta Sede, bem como o perfeito funcionamento dos mesmos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Nenhuma providência a mais.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Este Estudo Técnico Preliminar observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

14.2. Os produtos utilizados na manutenção deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, prevendo, no que se aplicar:

- 14.2.1. Que os bens de consumo sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- 14.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 14.2.3. Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 14.2.4. Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDES).
- 14.2.5. Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 14.2.6. Que sejam adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.
- 14.2.7. Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.
- 14.3. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundação, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro 2006.
- 14.4. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 14.5. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.
- 14.6. Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.
- 14.7. Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, o qual prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno de produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.
- 14.8. A empresa deverá apresentar declaração de que se responsabilizará, sem nenhum custo para a SR/PF/PA, pela aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos acima, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro 2010.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.
- 15.2. **Justificativa da Viabilidade:** Por todos os motivos expostos ao longo deste Estudo Técnico Preliminar.

16. RESPONSÁVEIS

- 16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 1.266/2023 - SR/PF/PA, de 10 de julho de 2023 (SEI 30227577) e publicado no Aditamento Semanal nº 28/2023 - SR/PF/PA, de 14 de julho de 2023.

Belém/PA, (na data da assinatura eletrônica).

RODRIGO DE BARROS FREIRE
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL
MAT. 24.282
GTED/SR/PF/PA

MARCUS MENDES PERUGINI
PERITO CRIMINAL FEDERAL
MAT. 21.536
GTED/SR/PF/PA

17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

- 17.1. Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

JOSÉ ROBERTO PERES
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ
(na data da assinatura eletrônica).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DE BARROS FREIRE, Agente de Polícia Federal**, em 17/07/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS MENDES PERUGINI, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/07/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GISELE BORGES LEAL FONSECA, Superintendente Regional - Substituto(a)**, em 17/07/2023, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=28521871&crc=C9EC5BB8.
Código verificador: **28521871** e Código CRC: **C9EC5BB8**.